

ANÁLISE DA TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS DE BENS DIGITAIS

Francisco Antônio Silva Santos¹

Joseildo Araújo Carvalho²

Reginaldo Silva Sousa³

Brenda Leal Aires dos Santos⁴

RESUMO: A transmissão causa mortis de bens digitais emerge como um tema relevante no direito sucessório devido à crescente digitalização da sociedade e à ausência de regulamentação específica no Brasil. Este trabalho analisa a transmissão causa mortis desses bens, abordando sua definição, características, desafios e controvérsias jurídicas. A pesquisa, de caráter exploratório e interpretativo, utiliza metodologia qualitativa com base em revisão bibliográfica e documental. Investiga-se a lacuna legislativa brasileira e a jurisprudência, frequentemente contraditória, que oscila entre a proteção da privacidade do falecido e os direitos sucessórios dos herdeiros. O estudo conclui pela necessidade de uma legislação específica no Brasil, que equilibre os interesses dos herdeiros com a privacidade do falecido.

Palavras-chave: Herança digital. Bens digitais. Direito sucessório. Privacidade. Legislação.

ABSTRACT: the transmission of digital assets by reason of death has emerged as a relevant topic in inheritance law due to the increasing digitalization of society and the lack of specific regulations in Brazil. This paper analyzes the transmission of these assets by reason of death, addressing their definition, characteristics, challenges and legal controversies. The research, of an exploratory and interpretative nature, uses a qualitative methodology based on a bibliographic and documentary review. The study investigates the gap in Brazilian legislation and the often contradictory case law, which oscillates between the protection of the deceased's privacy and the inheritance rights of the heirs. The study concludes that specific legislation is needed in Brazil, which balances the interests of the heirs with the privacy of the deceased.

3141

Keywords: Digital inheritance. Digital assets. Inheritance law. Privacy. Legislation.

1 INTRODUÇÃO

A crescente digitalização da sociedade contemporânea impulsionou a inclusão de bens imateriais no patrimônio dos indivíduos, englobando contas em redes sociais, carteiras de criptomoedas, arquivos em nuvem e bibliotecas de conteúdo digital. Esses ativos,

¹Acadêmico do curso de Direito pelo CENTRO UNIVERSITÁRIO - UNIFAESF.

²Acadêmico do curso de Direito pelo CENTRO UNIVERSITÁRIO - UNIFAESF.

³Acadêmico do curso de Direito pelo CENTRO UNIVERSITÁRIO - UNIFAESF.

⁴Especialista em direito Constitucional e administrativo, em Direito Civil e em Direito Previdenciário e Direito do Trabalho. Professora universitária do curso de Direito no Centro Universitário - UNIFAESF. Advogada.

frequentemente de valor financeiro ou emocional significativo, suscitam questionamentos acerca de sua destinação após o falecimento do titular, configurando a chamada “herança digital”. A relevância do tema para o Direito Sucessório decorre da ausência de regulamentação específica no Brasil, gerando incertezas jurídicas quanto à transmissão causa mortis desses bens.

A complexidade da herança digital reside na natureza intangível dos ativos, frequentemente vinculados a termos de uso de plataformas privadas, que podem impor regras específicas para sua utilização e transmissão post mortem. Esse cenário contrasta com o Direito Sucessório tradicional, historicamente fundamentado em bens materiais e físicos. A lacuna legislativa e a jurisprudência ainda em construção, oscilando entre a proteção da privacidade do falecido e os direitos sucessórios dos herdeiros, evidenciam a necessidade de soluções jurídicas que contemplem ambos os aspectos.

Esta pesquisa ressalta a importância da segurança e da regulamentação para a sucessão de bens digitais, considerando que eles podem conter informações pessoais sensíveis ou dados financeiros que, se mal administrados, podem gerar litígios e invasões de privacidade e de prejuízo econômico. O interesse acadêmico e legislativo no tema também reflete uma necessidade de adaptação das normativas legais brasileiras a um ambiente digital cada vez mais usual na vida das pessoas, onde a proteção dos direitos sucessórios deve ser ponderada com os direitos à privacidade e à segurança dos dados do titular falecido, bem como a garantia dos herdeiros sobre os bens herdados.

3142

Nesse contexto, o presente trabalho objetiva analisar a estrutura legal e a ausência de legislação específica sobre a transmissão causa mortis de bens digitais no Brasil, explorando a aplicabilidade dos princípios do Direito Sucessório a esses novos ativos. Buscar-se-á, ainda, analisar os principais desafios e controvérsias da área, como as questões de privacidade e a definição da natureza jurídica dos bens digitais, além de identificar soluções práticas e as políticas de empresas de tecnologia que lidam com esses bens. Por fim, pretende-se propor recomendações que possam subsidiar a construção de uma regulamentação mais robusta e eficaz no ordenamento jurídico brasileiro.

Este trabalho adota uma metodologia qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica e análise documental. A escolha desse método se justifica pela natureza exploratória e interpretativa do tema, onde o foco é compreender a literatura existente, os desafios práticos e as possíveis abordagens jurídicas.

2 ASPECTOS GERAIS DA TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS DE BENS DIGITAIS

2.1 DEFINIÇÃO DE BENS DIGITAIS

Os bens digitais são ativos intangíveis armazenados em meio eletrônico e acessados por meio de redes digitais, que podem ter valor econômico, emocional ou informacional. Esses bens incluem, entre outros, contas em redes sociais, e-mails, arquivos armazenados em serviços de nuvem, carteiras de criptomoedas, livros e músicas digitais, e ativos virtuais em plataformas de jogos (Felix, 2017, p. 8-9).

A definição jurídica de bens digitais é um dos primeiros desafios na abordagem de sua transmissão causa mortis, pois, diferentemente dos bens físicos, eles não ocupam espaço material e podem, em certos casos, estar sujeitos a termos de uso de plataformas privadas, que muitas vezes limitam ou definem regras específicas para o seu uso e transmissão após o falecimento (Felix, 2017, p. 16).

Como bem Isabela Traldi Pereira (2013, p. 4):

Com o surgimento da internet as relações humanas, sociais e de comunicação atingiram um novo nível, sendo armazenados nos ambientes virtuais de nuvens os mais importantes dados do século XXI. Nesse cenário, não há para o usuário uma escolha binária entre aceitar e conviver com a tecnologia ou rejeitar e viver sem ela, porque a tecnologia influencia a realidade e a convida a refletir e alterar a forma como vê o mundo.

3143

Nos tempos atuais se tornou quase indispensável o uso da internet, ainda mais quando colocamos informações sigilosas, e até ativos digitais em forma de dinheiro como as criptomoedas. No Brasil, o Código Civil não oferece uma definição clara para esses bens, o que gera a necessidade de interpretar os conceitos de herança e propriedade digital com base em princípios e normas de Direito Civil e de Direito das Sucessões; a doutrina e a jurisprudência ainda estão construindo um entendimento consolidado sobre a natureza jurídica dos bens digitais (Felix, 2017, p. 16).

Dentro dessa definição ampla, podemos categorizar os principais bens digitais em diferentes tipos, como:

- Contas em redes sociais: Perfis em plataformas online como Facebook⁵, Instagram⁶, e etc., que contêm informações pessoais, fotos, vídeos, mensagens e conexões sociais. Embora o acesso a essas contas seja regido pelas políticas das plataformas, o conteúdo gerado pelo usuário pode ter valor sentimental e, em alguns casos, até mesmo econômico.

⁵FACEBOOK. Como faço para informar o falecimento de um usuário ou uma conta no Facebook que precisa ser transformada em um memorial? Disponível em: . Acesso em: 20 nov. 2024.

⁶INSTAGRAM. Solicitação de remoção de pessoa falecida no Instagram. Disponível em: . Acesso em: 22 nov. 2017.

- Criptomoedas⁷: Moedas digitais descentralizadas, baseadas em tecnologia blockchain⁸, como Bitcoin⁹, Ethereum¹⁰, e etc. Possuem valor econômico e podem ser negociadas em exchanges¹¹. A sua transmissão causa mortis requer cuidados específicos, relacionados à segurança e ao acesso às chaves privadas.
- Domínios de internet¹²: Endereços web registrados em nome de uma pessoa, que podem ter valor econômico significativo, especialmente para empresas e empreendedores digitais.
- Arquivos digitais¹³: Documentos, fotos, vídeos, músicas, softwares e outros arquivos armazenados em dispositivos eletrônicos físicos ou na nuvem. Podem ter valor econômico, histórico, sentimental ou probatório.
- Contas em plataformas de jogos online¹⁴: Perfis em jogos que podem conter personagens, itens virtuais e créditos, muitas vezes com valor econômico no mercado de jogos.
- Direitos autorais sobre obras digitais¹⁵: Direitos patrimoniais e morais sobre obras intelectuais criadas e disponibilizadas em formato digital, como ebooks, músicas, softwares, etc.
- NFTs (Tokens Não Fungíveis)¹⁶: Representações digitais únicas de ativos, que podem ser obras de arte, itens colecionáveis, etc., registradas em blockchain. Possuem valor econômico e podem ser negociadas em marketplaces.

⁷NEVES, Mariana. O que é criptomoeda e para que ela serve? Blog Nubank, 23 abr. 2020. Atualizado em 18 out. 2024. Disponível em: <https://blog.nubank.com.br/o-que-e-criptomoeda/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

⁸INFO MONEY. O que é blockchain? Conheça a tecnologia que torna as transações com criptos possíveis. InfoMoney, 14 out. 2022. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/guias/blockchain/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

⁹BBC NEWS BRASIL. Bitcoin: o que é e como funciona a moeda virtual. BBC News Brasil, 11 dez. 2017. Atualizado em 18 dez. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-42313567>. Acesso em: 22 nov. 2024.

¹⁰INFO MONEY. Ethereum: como surgiu a segunda criptomoeda mais valiosa do mundo? InfoMoney, 8 nov. 2022. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/guias/o-que-e-ethereum/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

¹¹OKABAYASHI, Mitie. Exchange de criptomoeda: o que é e como funciona? Ripio, 26 set. 2022. Disponível em: <https://launchpad-br.ripio.com/blog/o-que-e-exchange>. Acesso em: 22 nov. 2024.

¹²CONCEITOS DO MUNDO. Domínio da Internet - conceito, operação e exemplos. Conceitos do Mundo, 2022. Disponível em: <https://conceitosdomundo.pt/dominio-da-internet/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

¹³CONTROLE NET. Arquivo Digital: O que é e como organizar documentos digitais. Controle Net, 2022. Disponível em: <https://www.controle.net/faq/arquivo-digital-o-que-e-e-como-organizar-documentos-digitais>. Acesso em: 22 nov. 2024.

¹⁴GAME BUNKER. O que é: Jogo Online. Game Bunker, 2023. Disponível em: <https://gamebunker.com.br/glossario/o-que-e-jogo-online/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

¹⁵AVCTORIS COPYRIGHT. O que é Direitos Autorais Digitais? Avctoris Copyright, 2023. Disponível em: <https://blog.avctoris.com/glossario/o-que-e-direitos-autorais-digitais/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

¹⁶INFO MONEY. O que são NFTs? Entenda como funcionam os tokens não fungíveis. InfoMoney, 8 nov. 2022. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/guias/nft-token-nao-fungivel/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

É importante destacar que a lista acima não é a única lista de bens, e novos tipos de bens digitais surgem constantemente. Além disso, a classificação de um determinado ativo como bem digital pode depender das circunstâncias específicas do caso concreto. Por exemplo, um ebook pode ser considerado um bem digital se adquirido e armazenado em formato eletrônico, mas não se a sua versão física for o objeto da herança.

2.2 CARACTERÍSTICAS E PECULIARIDADES DA TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS DE BENS DIGITAIS

A transmissão causa mortis de bens digitais apresenta peculiaridades que desafiam o sistema jurídico tradicional brasileiro, especialmente devido à natureza intangível desses bens e às implicações de privacidade e segurança envolvidas neste caso (Felix, 2017, p. 12).

A dependência de termos de uso impostos por empresas, o valor emocional e social associado a esses ativos, as questões de segurança e privacidade, a dificuldade de identificação e catalogação, e a complexidade envolvida em criptomoedas e ativos virtuais são alguns dos principais obstáculos a serem superados (Silva, 2021, p. 48-49).

A segurança e a privacidade dos dados também são preocupações significativas, já que muitos bens digitais contêm informações sensíveis. (Silva, 2021, p. 48-49). A exposição indevida desses dados após a morte do titular pode gerar diversos problemas, tanto para os herdeiros quanto para terceiros.

A questão das criptomoedas, por sua vez, esta apresenta desafios adicionais devido à sua natureza descentralizada e à complexidade envolvida na gestão de chaves privadas. Sem a chave privada, a recuperação de criptomoedas pode ser praticamente impossível, levando à perda permanente desses ativos (Farias, 2022, p. 16).

Como bem ensina Moisés Fagundes Lara (2019, p. 92):

Podemos deixar instruções claras sobre o destino de nossos bens digitais: nossas senhas de acesso aos sites, e-mails, e redes sociais; um inventário prévio de nosso patrimônio digital; e até mesmo os contatos que os sucessores devam realizar para acessar a essa patrimônio, tais como os endereços eletrônicos, telefones de contato de alguma empresa contratada previamente para inventariar todo o nosso acervo digital. Esse modo de disposição patrimonial tende a mudar, ou seja, o testamento deverá ser mais empregado em nosso país, devido ao avanço substancial dos bens digitais que se encontram na nuvem, pois uma forma prática e segura de transmissão dos ativos digitais aos seus sucessores é realizar um testamento de bens digitais, evitando-se assim o perecimento dos bens digitais depositados na rede, bem como demandas jurídicas envolvendo sucessores e empresas que administram os diversos sites e redes sociais.

Estes bens exigem uma abordagem jurídica e técnica específica, capaz de conciliar os interesses dos herdeiros com a necessidade de proteger a privacidade e a segurança dos dados (Silva, 2021, p. 62).

Os bens digitais trazem à tona um novo conjunto de complexidades jurídicas, forçando o Direito Sucessório a evoluir para endereçar os aspectos específicos e contemporâneos desses bens. As dificuldades de definir a propriedade digital e os desafios impostos pela privacidade, segurança e incerteza jurídica, especialmente em relação aos contratos de plataformas e à segurança de dados, demonstram a necessidade de regulamentação específica (Campagnaro, 2022, p. 51). Esse cenário indica um campo de estudo ainda emergente e ressalta a importância de diretrizes que possam proteger tanto os direitos dos herdeiros quanto a vontade do titular falecido (Campagnaro, 2022, p. 55).

3 REVISÃO SISTEMÁTICA DA TRANSMISSÃO DE BENS DIGITAIS NO ÂMBITO DOS TRIBUNAIS

Falta de Legislação Específica e a ausência de normas específicas para bens digitais e a sucessão causa mortis resultou em decisões contraditórias, uma vez que os magistrados interpretam os casos conforme o entendimento pessoal e o contexto específico de cada caso.

APELAÇÃO CÍVEL. HERANÇA DIGITAL. REDES SOCIAIS. VIOLAÇÃO DA PERSONALIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE TRANSMISSÃO. SENTENÇA MANTIDA. 1. A herança digital, como gênero, compreende bens incorpóreos que se materializam no âmbito virtual, tais como perfis em redes sociais, contas de e-mail, aplicativos de mensagens, dentre outros. 2. A herança digital patrimonial, por sua vez, é composta por bens que possuem valor econômico e podem ser transmitidos aos herdeiros, como contas bancárias online, carteiras de criptomoedas, investimentos em plataformas digitais, direitos autorais de obras digitais, lojas virtuais, entre outros. 3. Já a herança digital existencial, por outro lado, é composta por bens que não possuem valor econômico direto, mas guardam valor sentimental e personalíssimo, como perfis em redes sociais, fotos e vídeos íntimos, e-mails e mensagens pessoais, arquivos contendo memórias familiares, diários virtuais, entre outros. 4. No caso de bens digitais existenciais, como perfis em redes sociais, a transmissão aos herdeiros esbarra na impossibilidade de se negar a personalidade do de cujus, uma vez que a morte não extingue a sua individualidade e os seus direitos personalíssimos. 5. A cessão ou transferência de perfis em redes sociais, ainda que com o consentimento dos herdeiros, configuraria violação à privacidade, à imagem e à honra do falecido, violando os seus direitos personalíssimos. 6. Ademais, a manutenção do perfil do falecido em rede social, mesmo por seus familiares, pode gerar constrangimento e sofrimento aos mesmos, ferindo sua própria honra e imagem. 7. Diante do exposto, a herança digital existencial, como perfis em redes sociais, não se transmite aos herdeiros, devendo ser desativada ou excluída após a morte do titular. 8. Recurso desprovido.” (TJSP – 10ª C. Direito Privado. Ap. 1126921-82.2020.8.26.0100. J. 04.06.2023)

Neste caso vemos como a não normatização deste tema gera intenso debate jurídico, desde juízes entendendo que não é necessário o acesso a contas pois violaria a privacidade do de cujus, á entendimentos de que os arquivos digitais fazem parte do espólio do de cujus:

Processo nº: 0808478-38.2021.8.15.0000 Classe: AGRAVO DE INSTRUMENTO (202)
Assuntos: [Obrigação de Fazer / Não Fazer] AGRAVANTE: GERALDO JOSE BARRAL LIMA - Advogado do (a) AGRAVANTE: GERALDO JOSE BARRAL LIMA - MG119240-A AGRAVADO: FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA. Normal o 21 false false false PT-BR X-NONE X-NONE AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU QUE INDEFERIU PEDIDO DE ACESSO ÀS CONTAS EM FACEBOOK E INSTAGRAM DE PESSOA FALECIDA POR VIÚVO. IMPOSSIBILIDADE DE ACESSO DO EX-CÔNJUGE AO PERFIL COMO MEMORIAL. DADOS DE FOTOS DO AGRAVANTE E CASAL QUE INTERESSAM À FAMÍLIA. DIREITO HEREDITÁRIO QUE DEVE SER PRESERVADO. PRESERVAÇÃO DA INTIMIDADE DA FALECIDA COM EXCLUSÃO DE CONVERSAS PARTICULARES ANTERIORES AO SEU ÓBITO. CÔNJUGE QUE JÁ TINHA ACESSO EM VIDA ÀS CONTAS DA ESPOSA. PROVA QUE SE ATESTA PELA MUDANÇA DO PERFIL PARA “EM MEMÓRIA DA FALECIDA” DECISÃO QUE PERMITE ACESSO AO CÔNJUGE VIÚVO E PROÍBEM AS EMPRESAS DE EXCLUÍREM OS DADOS DAS CONTAS. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO ÀS EMPRESAS. REFORMA DA DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU ATÉ O MÉRITO DA AÇÃO ORIGINÁRIA. PROVIMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos acima identificados. Acordam os desembargadores da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça, por unanimidade, em dar provimento ao agravo de instrumento. (TJ-PB - AI: 08084783820218150000, Relator: Des. Marcos Cavalcanti de Albuquerque, 3ª Câmara Cível)

3147

Cabe ressaltar que deve-se haver uma proteção a privacidade do de cujus, pois não obsta apenas a questão sentimental para que a família tome controle de uma conta do falecido, pois a proteção a privacidade deve ser mantida post mortem como um direito constitucional assegurado pela nossa constituição vigente, como bem lembra (Silva, 2021, p. 43-44):

Porém, por outro lado, como pode se observar “Assim, como a herança refere-se ao acervo patrimonial do de cujus, as situações existenciais, ressalvadas as situações dúplices em alguns aspectos, não vão integrar o conceito de herança”¹⁸⁸. Os herdeiros que acessam a conta para fazer valer o seu legítimo interesse, seja patrimonial, seja moral, não podem abusar de seu direito de acesso. Não por outra razão já se fala na existência de um direito à conservação de segredos como elemento integrante do âmbito de proteção do direito de personalidade post mortem, vinculado ao direito à autodeterminação informativa, a cargo dos herdeiros, é fundamental observar que possibilitar o acesso pelos herdeiros não equivale a permitir que as contas sejam utilizadas livremente, nem tampouco que as mensagens ou outros dados sejam divulgados, de modo a violar os direitos de terceiros¹⁸⁹. Nesse mesmo sentido, Augusto e Oliveira¹⁹⁰, afirmam que os bens digitais do falecido podem ser incluídos no espólio. Entretanto, esclarecem que a honra do de cujus deve ser preservada, sendo superior ao direito dos herdeiros de obter seu acervo digital, cabendo ao julgador analisar o caso. (*apud* (LEAL, op. cit. p. 191), *apud* (AUGUSTO; OLIVEIRA 2020))

O tribunal de Minas gerais vem em desencontro à decisões nesse sentido:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. INVENTÁRIO. HERANÇA DIGITAL. BENS DIGITAIS EXISTENCIAIS. DESBLOQUEIO DE ACESSO APPLE PERTECENTE AO DE CUJUS. PEDIDO DE ACESSO ÀS

INFORMAÇÕES PESSOAIS DO FALECIDO. ACERVO FOTOGRÁFICO E CORRESPONDÊNCIAS GUARDADOS EM NUVEM. INDEFERIMENTO. VIOLAÇÃO A DIREITO DA PERSONALIDADE E DA IMAGEM DO FALECIDO. PROTEÇÃO À INTIMIDADE E A VIDA PRIVADA DO DE CUJUS. AUTONOMIA EXISTENCIAL. NECESSIDADE DE GARANTIA. RECURSO NÃO PROVIDO. - A Constituição Federal consagrou, em seu artigo 5º, a proteção constitucional ao direito à intimidade (são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação) - A herança defere-se como um todo unitário, o que inclui não só o patrimônio material do falecido, como também o imaterial, em que estão inseridos os bens digitais de vultosa valorização econômica, denominada pela doutrina de "herança digital", desde que tenham valor econômico - Os bens digitais patrimoniais poderiam ser, assim, objeto de sucessão, devendo ser arrolados no inventário, para que se opere a transmissão causa mortis, enquanto em relação aos bens digitais existenciais (fotos, arquivos, vídeos e outros guardados em nuvem com senha), não seria possível dispensar tal tratamento, por se tratarem de questões vinculadas aos direitos da personalidade, intransmissíveis e de caráter eminentemente pessoal do falecido - Eventual transmissão sucessória de acervos digitais particulares poderá acarretar violação dos direitos da personalidade, que são, via de regra, intransmissíveis e se perpetuam, mesmo após a morte do sujeito - A autorização judicial para o acesso às informações privadas do usuário falecido deve ser concedida apenas nas hipóteses em que houver relevância econômica, a justificar o acesso aos dados mantidos como sigilosos, pelo próprio interessado, através de senha ou biometria, sem qual quer menção a possibilidade de sucessão ou de compartilhamento - Os dados pessoais do de cujus são merecedores de proteção jurídica no âmbito da Internet - Se o falecido quisesse que outras pessoas tivessem acesso a seu acervo fotográfico, disponível apenas em "nuvem" digital, teria compartilhado, impresso, feito backup ou realizado o salvamento em algum lugar de livre acesso por terceiros (sem senha), repassado ou anotado a mesma em algum lugar - Deve-se considerar a vontade manifestada pelo usuário em vida a respeito do destino dos conteúdos inseridos por ele na rede, no que for compatível com o ordenamento jurídico interno e com os termos de uso dos provedores, como forma de consagração de sua autonomia existencial. Na ausência de disposição de vontade, devem ser aplicadas as previsões contidas nos termos de uso dos provedores - Recurso conhecido, mas não provido.

(TJ-MG - Agravo de Instrumento: 17438143020248130000 1.0000.24.174340-0/001, Relator: Des.(a) Delvan Barcelos Júnior, Data de Julgamento: 22/05/2024, 8ª Câmara Cível Especializada, Data de Publicação: 28/06/2024)

Em síntese existe uma dificuldade de os juízes entenderem do que se trata a questão da herança digital pontua (Campagnaro, 2022, p. 61).

Por vezes na jurisprudência é entendido que o direito à privacidade se sobrepõe ao desejo da família de ter controle sobre as contas do falecido, bem como reaver os dados em que foram colocados em nuvem por exemplo. Sem dúvida há uma inconformidade diante dessas decisões, pois estas não levam em consideração o direito da família de ter em mãos as informações e arquivos de seu ente.

4 PONTOS FAVORÁVEIS E CONTRÁRIOS À HERANÇA DIGITAL

A herança digital tem despertado amplas discussões, principalmente devido à complexidade de seu conteúdo e aos desafios em adequar o Direito Sucessório a neste novo cenário, que é o da tecnologia. Nesse contexto, tanto aspectos favoráveis quanto contrários surgem, refletindo as diversas implicações sociais, jurídicas e emocionais desse tipo de herança.

4.1 PONTOS FAVORÁVEIS À HERANÇA DIGITAL

Um dos principais pontos positivos está na possibilidade de transmissão de ativos digitais com valor econômico. Contas bancárias online, carteiras de criptomoedas, direitos autorais de obras digitais e investimentos em plataformas virtuais representam bens que podem compor o patrimônio do falecido, assegurando uma proteção financeira aos herdeiros (Felix, 2017, p. 19).

Como bem pontua Ryan Grippa Campagnaro (2022, p. 51):

Nesse sentido, tal como acontece com os ativos não digitais, aqueles bens metafísicos que forem puramente patrimoniais, isentos das tutelas do direito da personalidade, devem compor a herança, sendo dividido entre os herdeiros e eventuais legatários através da partilha.

Um exemplo que se encaixa perfeitamente no conceito acima são as criptomoedas, ou até mesmo as NFTs, ambos ativos digitais que podem ser convertidos diretamente em valor econômico. É direito dos herdeiros incluir esses bens no inventário, para que ocorra a partilha entre os sucessores. Aqui, não há possibilidade em se falar em possíveis lesões ao de cujus, visto que não há direitos da personalidade em jogo, tratando-se de mero ativo financeiro de valor patrimonial.

3149

Esses ativos são essenciais para que o patrimônio digital não se perca, garantindo a continuidade e preservação dos investimentos realizados pelo falecido.

A regulamentação da herança digital fortalece o conceito de segurança jurídica no ambiente digital. Enquanto ativos digitais podem variar em natureza econômica ou existencial, o ordenamento jurídico deve ser capaz de reconhecer essas nuances e assegurar direitos, sem excluir a possibilidade de herança (Marcogni, 2024). No contexto jurídico, a herança digital é um desenvolvimento que reforça o direito de herança ao incluir novos tipos de bens que possuem relevância patrimonial e afetiva (Silva, 2021, p. 62).

A regulamentação da herança digital contribui para que o sistema jurídico se modernize e acompanhe as transformações tecnológicas, fornecendo respostas adequadas às necessidades da sociedade contemporânea (Cortes, 2023, p. 67-70).

4.2 PONTOS CONTRÁRIOS À HERANÇA DIGITAL

Um dos pontos mais críticos em relação à herança digital reside no possível desrespeito à privacidade do falecido. Perfis de redes sociais, e-mails e mensagens pessoais contêm dados confidenciais que podem expor a vida íntima do falecido de maneira indevida. Assim, a transmissão desses bens pode violar a personalidade, privacidade e honra, uma vez que tais direitos são intransmissíveis e continuam após a morte (Cortes, 2023, p. 73).

Diante disso afirma Raquel Silva (2023, p. 167):

A falta de um consenso sobre a natureza jurídica dos bens digitais dificulta ainda mais a questão da herança digital. Se esses ativos forem considerados meros direitos, a transferência pode ser mais complexa, enquanto, se forem vistos como bens patrimoniais, a sucessão poderia ser tratada de forma mais direta. Essa ambiguidade na classificação dos bens digitais exige uma revisão legislativa que possa oferecer uma definição clara e abrangente, proporcionando segurança jurídica tanto para os herdeiros quanto para as plataformas digitais.

A falta de uma legislação específica para regular a herança digital no Brasil torna as decisões sobre esses bens instáveis e contraditórias, o que compromete a previsibilidade e a segurança jurídica.

O artigo 1.784 do nosso Código Civil estabelece que, com a morte, a herança se transmite aos herdeiros legítimos e testamentários. Entretanto, a definição de "bens" no contexto digital permanece vaga, dificultando a aplicação dessa norma para ativos como contas em redes sociais ou criptomoedas, que não têm materialidade física nem regulamentação específica. No artigo 1.857, §2º do Código Civil, é permitido a disposição testamentária de bens não patrimoniais, o que pode incluir conteúdos digitais de valor pessoal, como fotografias ou mensagens. Contudo, sem regulamentação detalhada, a interpretação desse artigo no âmbito digital depende de uma análise casuística e da adaptação da jurisprudência.

Sem normas claras, os tribunais interpretam os casos conforme o entendimento do juiz e as peculiaridades de cada situação, o que gera insegurança para os herdeiros e familiares do falecido (Oliveira, 2021, p. 50).

Muitos ativos digitais, como contas em redes sociais, estão intimamente ligados aos direitos de personalidade e privacidade do falecido. Há argumentos de que esses direitos, por sua natureza personalíssima, não são transferíveis, já que envolvem aspectos como intimidade e vida privada (Silva, 2021, p. 42-43). A jurisprudência tem mostrado preferência por proteger a privacidade do falecido, priorizando a não transmissão automática de tais bens para herdeiros, especialmente quando não há disposição expressa em vida do titular (Sanzi, 2021).

Ryan Grippa Campagnaro (2022, p. 54) afirma que:

Essa discussão se torna ainda mais complexa ao analisar aqueles bens digitais que possuem natureza existencial. Isso porque mesmo com a morte, alguns direitos de personalidade do de cujus ainda persistem, como é o caso, por exemplo, dos direitos à privacidade, à honra e à imagem, todos estes intransmissíveis, ante a sua natureza personalíssima.

O acesso irrestrito a dados digitais pode trazer sofrimento aos familiares, que poderão se deparar com informações que prefeririam não ter conhecido. Mensagens pessoais, registros de conversas e outros conteúdos íntimos do falecido podem gerar constrangimentos e conflitos emocionais, não levando em consideração a privacidade do de cujus e das pessoas que se comunicavam com ele. (Paiva, 2023, p. 35-36)

5 CONCLUSÃO

A transmissão causa mortis de bens digitais é um tema cada vez mais relevante em razão do crescente volume de informações e ativos que acumulamos no meio digital. Esse patrimônio digital, composto por contas, arquivos, criptomoedas, redes sociais, e-mails e muitos outros bens intangíveis, gera uma série de questões legais, éticas e técnicas no âmbito do Direito Sucessório. Este estudo procurou explorar esses aspectos e propor uma visão abrangente sobre o tema, identificando os principais desafios e analisando as soluções já adotadas internacionalmente.

3151

A definição e contextualização de bens digitais na sucessão revelaram-se fundamentais para a compreensão do tema. Esta pesquisa destacou esta variedade de bens digitais, que podem ter valor patrimonial, emocional ou utilitário, influenciando os procedimentos sucessórios. A análise da legislação e da jurisprudência existente, no Brasil evidenciou uma lacuna regulatória no país. A pesquisa discutiu as limitações e possibilidades da legislação brasileira atual para regular essa sucessão, indicando a necessidade de um marco regulatório mais específico.

Diante dos desafios e controvérsias na transmissão de bens digitais, exploramos questões como privacidade, bem como a natureza intangível e global desses bens traz desafios jurídicos significativos, em especial devido às variações de entendimentos dos juízes diante das decisões judiciais.

É essencial que o Brasil adote uma legislação específica para a sucessão de bens digitais, que contemple tanto a preservação dos direitos dos herdeiros quanto a proteção da privacidade do falecido. Um marco regulatório desse tipo proporcionaria uma base sólida para a resolução de disputas e contribuiria para a segurança jurídica na transmissão de bens digitais dentro do Brasil.

Empresas de tecnologia têm um papel central na questão, e é importante que estas busquem a adoção de políticas que permitam a designação de herdeiros digitais. Além disso, essas empresas poderiam padronizar ferramentas de transferência de bens digitais para assegurar que os desejos do titular sejam respeitados e que o processo sucessório seja facilitado.

Diante de nossa pouca legislação, a LGPD já protege a privacidade de dados pessoais, e sua aplicação na sucessão digital poderia oferecer um suporte adicional. A integração da LGPD ao tema da sucessão digital permitiria que fossem estabelecidas diretrizes claras para o acesso aos dados do falecido, de modo que herdeiros tenham garantias de acesso, mas também se observe a proteção de dados confidenciais.

O patrimônio digital representa uma parte significativa e crescente da herança das pessoas, e a ausência de regulamentação adequada cria desafios e incertezas para herdeiros e para o judiciário. Este estudo destaca a necessidade de um marco legal robusto e claro que considere as especificidades dos bens digitais e sua importância patrimonial, emocional e pessoal.

Com o avanço contínuo das tecnologias digitais, o desenvolvimento de uma legislação para a sucessão de bens digitais é uma necessidade urgente e inevitável, e espera-se que este estudo contribua para essa evolução. O aprimoramento e a adaptação das normas para lidar com o patrimônio digital são passos essenciais para garantir uma sucessão justa, segura e alinhada com os valores da sociedade contemporânea e moderna.

3152

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 10.406. **Diário Oficial da União**. Código Civil, ano 2002.

CAMPAGNARO, Ryan Grippa. **A viabilidade da transmissão post mortem de bens digitais no Brasil**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2022. Disponível em: <http://191.252.194.60:8080/handle/fdv/1514>. Acesso em: 25 nov. 2024.

CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, Vinícius Nunes. **Transmissibilidade dos bens digitais: os novos paradigmas do direito sucessório**. João Pessoa, 2023. 42 p Trabalho de Conclusão de Curso (DIREITO) - Universidade Federal da Paraíba – Ufpb Centro de Ciências Jurídicas – Ccj Coordenação do Curso de Direito Campus João Pessoa Coordenação de Monografia. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/28263>. Acesso em: 8 out. 2024.

CORTES, Jane Azevedo. **Herança digital: perspectivas para a sucessão do patrimônio online**. 2023 - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (idp). Disponível em: <https://repositorio.idp.edu.br/handle/123456789/4267>. Acesso em: 6 nov. 2024.

FARIAS, Luana Rodrigues Luz. **A exequibilidade da penhora de criptomoedas no sistema jurídico brasileiro**. Vitória, 2022 Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória. Disponível em: <http://repositorio.fdv.br:8080/handle/fdv/1396>. Acesso em: 22 nov. 2024.

FAZIO, Iracema; GONÇALVES, Michele. **A Tutela Jurisdicional na Transmissão Post Mortem de Bens Digitais**. Revista de Ciências Jurídicas. 2020, p. 96-107. Disponível em: <https://doi.org/10.17921/2448-2129.2020v21n2p96-107>. Acesso em: 8 out. 2024.

FELIX, Bruno de Carvalho . **A SUCESSÃO DOS BENS E CONTAS DIGITAIS DO AUTOR DA HERANÇA: ANÁLISE DO PROJETO DE LEI 75/2013*** . Caiacó, 2017 Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/42686>. Acesso em: 7 nov. 2024.

GALVÃO & SILVA ADVOCACIA. **Herança Digital: O que é e Como Funciona?**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/heranca-digital-o-que-e-e-como-funciona/843331448?msockid=34f7287fde876b482a943c3odfd66a69>. Acesso em: 6 nov. 2024.

LARA, Moisés Fagundes. **Herança Digital**. 1. ed. São Paulo: Clube de Autores, 2019. 175 p. ISBN 978-8556970107.

MARCOGNI, Rodrigo Chanes. **Modernidade e sucessão: como funciona a herança digital**. CONJUR. 2024. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2024-mar-18/modernidade-e-sucessao-heranca-digital/>. Acesso em: 23 nov. 2024.

OLIVEIRA, André Luiz Abreu de . **Herança Digital: a (in)transmissibilidade de bens digitais na sucessão**. Florianópolis , 2021 Trabalho de Conclusão de Curso (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS DEPARTAMENTO DE DIREITO CURSO DE DIREITO) - Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/228665>. Acesso em: 6 nov. 2024.

3153

PAIVA, Ana Carolina Alves de . **Herança digital e a morte do usuário: a violação ao direito à privacidade dos bens**. 2023.

PEREIRA, Isabela Traldi. **A HERANÇA DIGITAL: ASPECTOS GERAIS DA TRANSFERÊNCIA DE BENS E DIREITOS INCORPÓREOS** . 2013 Trabalho de Conclusão de Curso. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/38276/1/AHeran%C3%A7aDigital.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2024.

SANZI, Julia Bessa. **A negativa do Poder Judiciário quanto ao direito à herança digital**. CONJUR. 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-jun-26/sanzi-negativa-judiciario-quanto-direito-heranca-digital/>. Acesso em: 23 nov. 2024.

SILVA DE AQUINO, Alice Maria. **A TRANSMISSIBILIDADE DOS BENS DIGITAIS SOB A ÓTICA DOS DIREITOS PERSONALÍSSIMOS**, v. 28. 2024. Disponível em: <https://revistaft.com.br/a-transmissibilidade-dos-bens-digitais-sob-a-otica-dos-direitos-personalissimos/>. Acesso em: 6 nov. 2024.

SILVA, Bruna Menezes e. **A HERANÇA DIGITAL E O DIREITO SUCESSÓRIO: a necessidade urgente de regulamentação dos bens digitais.** Brasília, 2021. 99 p Monografia (Curso de Bacharelado em Direito) - Centro Universitário de Brasília. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/15267/1/Bruna%20Silva%202021600464.pdf> f. Acesso em: 7 nov. 2024.

SILVA, Raquel. Direitos dos herdeiros e privacidade digital: um dilema contemporâneo. In: GOMES, T.; LIMA, R. (Org.). **Direito e tecnologia: novas perspectivas.** Rio de Janeiro: Editora Forense, 2023. p. 155-172.

TARTUCE, FLÁVIO. **DIREITO CIVIL VOL. 1 - 20ª EDIÇÃO 2024.** 20. ED. RIO DE JANEIRO: FORENSE, 2024. 616 P. ISBN 978-6559649693.